

**ESPINOLA, HUGO. TOLERÂNCIA: CONCEITOS, TRAJETÓRIAS E
RELAÇÕES COM OS DIREITOS HUMANOS. APPRIS EDITORA, 2018**

Prefácio

Giuseppe Tosi

Hugo Espínola, que eu tive a honra de ter como orientando no Doutorado em Direito da Universidade do Minho, em Braga, Portugal, aborda, neste primeiro volume de uma trilogia, um tema de grande relevância para a teoria e a história dos direitos humanos: a tolerância, ou seja, a possibilidade da convivência numa mesma sociedade, sempre mais pluralista e politeísta, de convicções religiosas diferentes e antagônicas.

O tema é abordado do ponto de vista **histórico**, numa perspectiva da história-conceitual; do ponto de vista **ético-político**, estudando a tolerância religiosa com um aspecto das relações entre Estado e Igreja; e do ponto de vista **jurídico-constitucional**, ou seja, de como o direito procurou normatizar esta questão complexa nas sociedades ocidentais.

Temos diante de nós uma obra de fôlego, fruto de muito trabalho, de pesquisa exaustiva, de investigação minuciosa, de muita reflexão e leituras, que atinge a fontes originais e heterogêneas, mas também de muita paixão militante em prol de uma sociedade mais justa, mais tolerante, mais humana, mais solidária, mais fraterna, mais altruísta. O livro é perpassado por este *pathos* reformista e humanista.

A obra está muito bem escrita, com uma redação ao mesmo tempo clara e erudita, com uma boa estruturação e articulação dos temas, e uma bibliografia extensa e pertinente. Há também uma preocupação com a definição dos conceitos utilizados ao longo da pesquisa e um cuidado com as fontes, de maneira que a obra é bastante didática: apesar da sua erudição, pode ser lida por um público mais amplo do que os estudiosos e especialistas.

A obra tem outro mérito: prende a atenção do leitor até o fim, através do entrelaçamento entre fatos históricos e reflexões conceituais, história conceitual e história social, história das ideias e dos acontecimentos. A leitura é impactante porque mostra quantas lágrimas, quanto sangue, quantas lutas, quantos conflitos, quantas guerras, quanto sofrimento e dor os homens foram capazes de infligir a outros homens por causa das suas crenças religiosas.

Mostra também como as religiões, que deveriam ser portadoras de paz, de amor e de fraternidade, foram capazes dos mais cruéis e terríveis crimes, atrocidades e perseguições. O cristianismo, que é o objeto principal do livro, foi perpassado por uma divisão inconciliável entre o Deus “senhor dos exércitos” (*dominus Deus sabaoth*) e o Deus do amor: duas faces do mesmo e único Deus que inspiraram postura totalmente opostas.

A obra se desenvolve de maneira bastante articulada ao redor de três grandes conceitos abordados do ponto de vista histórico, político e jurídico: **tolerância, laicidade e a secularização** nas suas várias dimensões. Abrange períodos históricos longos, desde a Antiguidade romana até a contemporaneidade, e âmbitos geográficos que vão desde a Europa ao Brasil.

Queremos evidenciar para o leitor, neste prefácio, algumas questões centrais, que atravessam a obra. Em primeiro lugar, se é possível falar de tolerância antes da Modernidade ou se a tolerância, assim como os direitos humanos, seriam conceitos essencialmente modernos, e, portanto, falar de tolerância na Antiguidade e na Idade Média seria um anacronismo. O autor fornece algumas pistas para uma resposta

afirmativa. É verdade que o conceito nasce na Modernidade, mas é possível fazer o que ele chama de uma “proto-história” da tolerância. O autor mostra como no politeísmo, por exemplo o romano, havia uma certa concepção de tolerância, porque permitia a inclusão no *pantheon* romano dos deuses dos povos conquistados. Por outro lado, esta atitude era relativa, e os romanos não tiveram nenhuma tolerância com os hebreus que não reconheciam os deuses de Roma, e destruíram sem piedade Jerusalém provocando a conseguinte diáspora do povo hebreu.

O autor mostra também que o monoteísmo tende a ser mais intolerante, e descreve com grande competência o processo histórico que conduziu a religião católica a se tornar, de uma religião perseguida a uma religião permitida, de uma religião oficial à única religião consentida, que não tolerava as outras religiões “pagãs”. Processo que leva ao enrijecimento doutrinal e dogmático da Igreja na Idade Média e que encontra o seu auge na instituição da Inquisição; cujos efeitos nefastos são detalhadamente apresentados na obra. E não deixa de ser trágico e paradoxal que uma Igreja que teve como seu fundador um torturado e condenado à morte injustamente, tenha levado a julgamento e à morte milhares de pessoas através dos processos inquisitoriais em nome deste mesmo Deus crucificado!

Mas o autor mostra também como, em certos momentos históricos e em certas regiões, como na Espanha durante os longos séculos da Reconquista, houve uma convivência e uma tolerância pacífica entre as três religiões monoteístas, que durou até o advento do Estado soberano moderno que pregava um único Estado, um único Rei, um único Deus e uma única religião, obrigando assim à expulsão de centenas de milhares de “mouros” e hebreus que não aceitavam se converter ao cristianismo.

Outro tema central da obra é a contribuição que a tolerância trouxe para a afirmação histórica dos direitos humanos, especialmente os direitos de liberdade ou civis e políticos. Permitir a convivência de mais religiões no mesmo Estado significa resguardar a esfera privada da inviolabilidade da consciência de cada um, e assim abrir o caminho para a liberdade de expressão, de pensamento, de imprensa, de defesa da crença religiosa, mas também das próprias concepções morais e ideologias políticas. Esta foi a grande conquista e herança que o jusnaturalismo de matriz liberal deixou para a humanidade; cujo percurso Hugo descreve com maestria, a partir das *Cartas sobre a tolerância* de Locke até a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e aos tratados internacionais que consolidaram este princípio como um valor tendencialmente universal, embora continuamente ameaçado nos dias atuais em várias partes do mundo.

Há também uma outra questão relevante, ou seja, o tema dos limites da tolerância: até que ponto podemos tolerar alguns comportamentos? O limite da tolerância é dado pelo que é intolerável, que não pode ser tolerado porque, se assim fosse, acabaria por eliminar a própria tolerância. Este é o grande problema e paradoxo da ideia e da política da tolerância que o autor debate neste ensaio propondo algumas pistas de solução, a partir das reflexões de autores clássicos como John Locke e Voltaire, até autores contemporâneos como John Rawls e Norberto Bobbio.

Outra questão é relativa aos diferentes tipos de tolerância. O autor elenca oito conceitos distintos de tolerância com diferenças, às vezes sutis, entre conceitos próximos. O que me parece significativo é que esta distinção se dá em um *continuum* entre dois extremos: de um lado o conceito “negativo” de tolerância como condescendência, que significa “suportar” o outro, mas não reconhecer o outro na sua alteridade, até o conceito positivo de tolerância como reconhecimento, que se manifesta através de conceitos como civilidade, coexistência, harmonia na diferença e humanidade.

O livro também evidencia a necessidade de promover uma cultura da tolerância e do respeito dos direitos humanos nos processos formativos. E apresenta algumas das

iniciativas neste sentido que estão sendo realizadas no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo e que contribuem para o grande movimento de Formação e Educação em e para os Direitos Humanos, a paz, a compreensão entre os povos. No Brasil, os direitos humanos foram definidos recentemente pelo Conselho Nacional de Educação como parâmetros transversais curriculares obrigatórios desde ao Ensino Fundamental até o Ensino Superior em todos os níveis no ensino público e particular. Esta diretriz vem a somar com o imenso trabalho realizado no ensino não formal pelos movimentos sociais e a sociedade civil organizada na criação de uma cultura da paz e da não violência. Só assim, a tolerância poderá se tornar um costume, um hábito, uma parte da cultura e da cidadania.

O Brasil sempre foi um país contraditório neste como em outros aspetos: um país ao mesmo tempo tolerante e “cordial”, mas também muito violento, que está no topo dos índices de violência criminal, doméstica, de trânsito, política, etc. Do ponto de vista religioso, o Brasil está vivendo nas últimas décadas uma transformação bastante radical, uma transição rápida de um país monorreligioso, onde mais de 90% da população se declarava católica, a um país multirreligioso, com presença significativa das várias religiões, desde os cultos africanos, ao islamismo, ao espiritismo, às igrejas protestantes tradicionais e neopentecostais. O Brasil é, talvez, o país com maior diversidade religiosa do mundo.

Este fenômeno é parte do fenômeno mais amplo que alguns estudiosos chamam de “retorno do sagrado” nas sociedades secularizadas, e é expressão da vitalidade da religião como dimensão humana diante do mistério do mundo; mas levanta também novas questões, que tornam sempre mais atual e necessária a retomada da tolerância, como Hugo procura debater neste livro e na Coleção: sectarismos, fundamentalismos, “invasão” da esfera política e da arena partidária pelos grupos religiosos, intolerância contra os outros cultos, discriminação contra os gays e homossexuais. São todos aspetos preocupantes, que colocam em perigo a tradição de tolerância do povo e da sociedade brasileira, que está sendo ameaçada sempre mais por esses discursos intolerantes em que a religião do outro se torna a religião não *de Deus*, mas *do demônio*!

Mas não somente o Brasil, outras partes do mundo também estão atravessadas por manifestações de ódio em nome da religião, pela volta de fenômenos que pareciam pertencerem ao passado. O fantasma da intolerância religiosa, da violência, da “guerra santa”, do terrorismo está de novo ameaçando o mundo e matando pessoas inocentes em nome de Deus. Como disse o grande teólogo ecumênico Hans Küng: “Não haverá paz no mundo, enquanto não houver paz entre as religiões”.

Seja, portanto, bem-vindo este livro e a sua postura militante contra a intolerância religiosa que se fundamenta em análises históricas, jurídicas e políticas feitas com muita propriedade e competência. Com certeza vai ajudar o leitor a se orientar no labirinto da questão complexa e difícil e sempre atual de “dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”.

Giuseppe Tosi

Doutor em Filosofia pela Universidade de Pádua, com pós-doutorado em Teoria e História dos Direitos Humanos nas Universidades de Florença e Camerino, Itália. Professor do Departamento de Filosofia e dos Programas de Pós-graduação em Filosofia e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba.